

EDUCAÇÃO, PROGRESSO E OBEDIÊNCIA: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O SERTÃO DAS MINAS GERAIS EM MEADOS DO SÉCULO XX

Education, Progress and Obedience: Building up Teachers for the Inland of Minas Gerais in the Middle of the 20th Century

*José. Pereira Peixoto Filho**

*Wilney Fernando Silva***

RESUMO

Este trabalho consiste num estudo acerca da Escola Normal de Porteirinha, localizada no norte de Minas Gerais. O objetivo principal da pesquisa é analisar a política de formação de professores na referida escola, no período compreendido de 1968 a 1971. Utilizando como técnica de pesquisa, a análise documental, foram levantados documentos originais, como: currículos implementados no período, livro de ponto de professores, biografias, diplomas, regimento interno, resoluções, leis e decretos. A partir do estudo, concluímos que os componentes político-curriculares da Escola Normal procuraram cumprir um papel fundamental na concretização dos princípios ideológicos da ditadura militar. Estas concepções nortearam a seleção dos conteúdos de ensino e revelaram a configuração de um projeto político-social “civilizador” para o homem e a mulher norte-mineiros, o que nos permitiu apontar e abordar algumas práticas (des)educativas empregadas na época.

Palavras-chaves: Política Educacional, Formação Docente, Escola Normal.

ABSTRACT

This study consists in a research about Escola Normal de Porteirinha (State High School of Porteirinha) in the northern of Minas Gerais. The main goal of this study is to analyze the preparation policies of teachers in this school within the period of 1968 and 1971. Having the documents analysis as a technique of research, these original papers were examined: implemented curriculums of the period, teachers signing-in books, biographies, certificates, school regiment, deliberations, laws and decrees. From this study, we have come to a conclusion that the curriculum policies of the Institution tried to perform a fundamental role on the consolidation of the ideological principles of the military ruling period. These concepts guided the selection of the teaching contents and revealed the setting of a political and social “civilizing” project to the men and women of the north of this State which led us to point out and have an approach on some non-educational practices applied at that time.

Keywords: Educational Politics, Teacher’s Formations, Escola Normal (State High School).

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais e da Fundação Universidade de Itaúna. Contato: jpeixotofi@hotmail.com

** Mestre em Educação pela Fundação Universidade de Itaúna. Professor do Centro Universitário de Caratinga e da Universidade Presidente Antônio Carlos. Contato: wilney@uai.com.br

Introdução

Este trabalho propõe uma análise histórico-política do Ginásio Normal Oficial de Porteirinha, a antiga Escola Normal, durante os anos de 1968 a 1971. Esta instituição tinha o objetivo de formar professores primários para atuarem nas escolas da cidade, do meio rural e de diversas localidades do norte de Minas Gerais.

Para realização deste trabalho, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que nos deu suporte teórico. Em seguida, foi feita uma pesquisa documental, com análise de leis, decretos, pareceres e resoluções; além disso, utilizamos documentos da própria instituição como o Regimento Interno, o seu currículo, atas e relatórios técnicos. A pesquisa foi estruturada da seguinte forma: primeiramente, apresentamos algumas justificativas teóricas, objetivo geral e os objetivos específicos. Uma breve descrição histórico-política do município de Porteirinha e o período que sucedeu a instalação da escola, neste município, faz-se necessária para entender o período histórico, sobretudo o período desenvolvimentista e os efeitos da ditadura militar.

Por outro lado, buscou-se entender as diversas políticas implementadas na área educacional brasileira para a formação de professores, no período que antecedeu a criação da escola, tais como o PABAE (Programa de Assistência Brasileiro Americano à Educação Elementar) e os acordos MEC-USAID (*United States Agency for International Development*). A análise política será feita, então, com a apresentação de alguns documentos, como: currículo da escola, regimento interno, leis, resoluções e decretos. Ao apresentar o currículo oficial da Escola, serão descritos as suas normas gerais, seu cotidiano e as práticas pedagógicas.

O interesse pelo estudo acerca deste tema surgiu por esta ser uma das mais antigas e tradicionais instituições voltadas para a formação de professores primários da cidade de Porteirinha e do extremo Norte de Minas Gerais e pela constatação não sistematizada de estudos que versam a temática enfocada. Justifica-se, também, pela contribuição à preservação da memória de uma instituição educacional, além de podermos analisar as políticas educacionais acionadas no período.

O trabalho parte do princípio que esta escola foi instalada em 1964, através do decreto número 3.284, num período político conturbado que foi a tomada do governo pelos militares e a decretação do Ato Institucional número 1 (AI-1). Regionalmente, o projeto para a sua instalação foi bastante disputado, fazendo parte dos interesses e do jogo político regional, pois mais cinco municípios queriam a construção desta escola em suas cidades. Possivelmente, o município de Porteirinha foi escolhido pelos seguintes fatores: graves carências escolares que, ao longo de sua vida sócio-histórico-econômica vinha passando, especialmente no período que antecede a década de 1960 (BEZERRA, 1990); pelo possível contato que o então prefeito fez com o Presidente da República, Castelo Branco, em audiência; e por localizar-se no centro geográfico da área mineira da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) (*ibidem*, 1990), numa explicitação clara do jogo e dos interesses políticos regional e local.

Ao lançar um olhar sobre estes fatores, surgem alguns questionamentos que levaram à problematização deste trabalho. Nesse sentido, indaga-se: pode-se afirmar que a Escola

Normal trouxe ao Município algum progresso? Que progresso seria? Que direções tomariam? Esta escola significou orgulho ao Município? Que orgulho foi este? Quais foram os detentores do poder político e social no Município? Este poder materializava-se nas práticas na escola e o processo de formação dos seus alunos?

Desenvolvimento sócio-educacional, controle político, grande carência de profissionais da educação na região, tudo isso pode ter sido fruto da idealização da construção de uma escola destinada à formação de professores, localizada no extremo norte de Minas, por volta de 1964? E as políticas de abertura ao capital estrangeiro, sobretudo as tratadas a partir da década de 1950, em especial os acordos MEC-USAID e o PABAE, estes poderiam ter influenciado a efetivação desta Escola Normal?

Constituindo um espaço institucional, as escolas normais, instaladas no Brasil, concederam uma grande importância à política de formação de professores. Essas escolas existentes no Brasil desde as décadas de 30 e 40 do século XIX, ainda no período imperial, representaram uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão docente (VILLELA, 1990; 2000; ROMANELLI, 2002).

Politicamente, em 1956, Juscelino Kubitschek (JK) chega à presidência prometendo realizar em cinco anos de mandato o que, segundo ele, outros presidentes levariam cinquenta anos para fazer. Para isso, Kubitschek havia estabelecido, como governador de Minas Gerais, uma reputação desenvolvimentista, centrada no binômio transporte/energia. De fato, os setores de energia, transporte e indústria de base foram bastante beneficiados, recebendo a maior parte dos investimentos, em detrimento dos setores sociais, dentre eles o da educação. Este governo “é marcado fundamentalmente pela ideologia do desenvolvimentismo, em que as buscas para sair do estágio de subdesenvolvimento procuram na adequação do sistema educacional, uma das contrapartidas para a consecução de seus propósitos” (PEIXOTO FILHO, 2003, p. 26).

Economicamente, a abertura da economia brasileira ao capital americano, passa a promover arrojados projetos educacionais, com destaque para Minas Gerais (COSTA, 2001). “A articulação do sistema educacional com o desenvolvimento deverá se processar a partir da escola elementar, onde o cidadão de aptidões comuns deverá ser preparado para que atinja a produtividade requerida pela moderna sociedade industrial” [...]. “A educação, de um modo geral, é assumida como necessária para o desenvolvimento” (FILHO, 2003, p. 26-27). Juscelino Kubitschek, em mensagem ao Congresso Nacional, em 1959, é claro: “ampliar o sistema educacional do País para colocá-lo a serviço do desenvolvimento” (JUSCELINO KUBITSCHEK, 1959 *apud* FILHO, 2003, p. 26).

Pensando chegar a este objetivo, numa articulação com programas internacionais, é criado em 1956, com sede em Belo Horizonte, funcionando no Instituto de Educação de Minas Gerais, o polêmico PABAE – Programa de Assistência Brasileiro Americano à Educação Elementar, envolvendo o governo federal, estadual e a USOM/B – *United States Operation Mission to Brazil*. O PABAE tinha por objetivo “a formação de professores e a produção de material didático para o ensino primário e normal, com cursos e estágios nos Estados Unidos” (COSTA, 2001, p. 03). A existência de um enorme contingente de 50.000 professores leigos, e 70.000 professores diplomados,

conforme dados do INEP, em 1956, justificam a criação do programa (PAIXÃO; PAIVA, 2000).

Paixão e Paiva (2000, p. 106) afirmam que, além da formação e produção de material didático, o PABAEE tinha como objetivos “diminuir os índices de evasão e repetência considerados empecilhos aos compromissos de generalização de uma educação gratuita e obrigatória e ampliar a duração do nível de ensino elementar”. É importante ressaltar que o alvo principal do programa era “a formação de professores para a Escola Normal, vista como mola mestra de qualificação de professores para a escola primária” (*ibidem*, p. 107).

Por outro lado, o discurso desenvolvimentista intensificou a afirmação de suas necessidades quanto ao processo de escolarização do povo, exigindo que “é para a qualificação técnica que se devem voltar as atenções dos educadores neste período, visto que irá perpassar todos os níveis de escolaridade. Na busca de técnicas modernas é que concentrarão os esforços de formação de recursos humanos, papel que a escola deverá desempenhar dentro do desenvolvimento” (PEIXOTO FILHO, 2003, p. 27).

Em 1961, a assistência técnica norte-americana se reorganizou visando sua ampliação e coordenação. Foi constituída a USAID – Agência para o Desenvolvimento Internacional, que deu continuidade às ações anteriores. A Secretaria de Estado da Educação de Minas, naquele momento, investiu na qualificação de profissionais que deveriam desempenhar funções de orientação pedagógica na direção de escolas, no trabalho pedagógico interno e em administrações descentralizadas. Planejava-se, também, a organização de um trabalho de supervisão nas Inspetorias Regionais que incluía a criação de núcleos para o treinamento de professoras primárias (PAIXÃO; PAIVA, 2000).

Portanto, nesse quadro “delineava-se claramente a colocação da perspectiva da educação para o trabalho, em que a existência de um mercado, moldado pela industrialização, passa a ser ponto básico de referência para a formação daqueles que freqüentavam a escola, atendendo às exigências da economia em expansão, voltadas para a especialização e a técnica” (FILHO, 2003, p. 28).

Regionalmente, esta política nacional refletia diretamente nos municípios, fazendo com que seus prefeitos travassem uma verdadeira “corrida” a fim de angariar recursos. Assim, foi possível firmar acordos, assinar papéis e eleger Porteirinha como sede da Escola Normal. Por isso, esta pesquisa procurou desenvolver estudos para analisar a política de formação dos alunos (futuros professores) da Escola Normal de Porteirinha/MG, no período de 1964 a 1971; desvendar as práticas e os currículos utilizados nesta escola; investigar quais foram os resultados dessas práticas em relação ao processo de profissionalização dos(as) normalistas; reconhecer e problematizar as contribuições dessa instituição para a cidade e para a região norte-mineira.

Porteirinha: uma parada para a passagem em busca do ouro

O município de Porteirinha situa-se na Região Norte de Minas Gerais e está incluído na microrregião da Serra Geral. Possui atualmente 37.896 habitantes. A sua área que já

foi de 3.249 Km², foi reduzida pelas emancipações ocorridas na década de 1990. E hoje é de 1.788 Km². Como principais atividades econômicas, predominam, ainda, a agricultura e a pecuária. Dos produtos agrícolas produzidos na região, somente a banana destina-se ao mercado externo. Na pecuária, predomina-se a bovinocultura de corte que abastece, principalmente, o Nordeste e outros municípios de Minas Gerais. Atualmente, existem projetos em estudo para exploração de minérios, conforme dados da Secretaria da Agricultura de Porteirinha.

Historicamente, a ocupação desta região ocorreu no início do século XVIII. O local era ponto de passagem e servia de pouso para os tropeiros que vinham da Bahia e demais regiões do Nordeste em direção às Minas, procurando encurtar a trilha que levava à estrada de terra de Sabará. Os primeiros habitantes de Porteirinha teriam sido os tropeiros Severino dos Santos, José Cândido Teixeira, José Antônio da Silva, João Soares, João Pereira, José Miguel e Veríssimo Nunes de Brito. Esses tropeiros vieram à procura de ouro, estabeleceram-se e se tornaram grandes proprietários de terras e escravos, na região que batizaram com o nome de São Joaquim de Porteirinha.

Nos primeiros anos de sua emancipação, Porteirinha foi governada por interventores, que eram grandes latifundiários. Constituindo-se nas elites econômicas regionais estes eram, portanto, os detentores do poder político e social. No meio político, prevaleciam os acordos, os favores e as trocas políticas; permitindo, dessa maneira, a perpetuação de uma classe hegemônica no comando do poder local.

Logo após a redemocratização do Brasil, depois do período do Estado Novo, o Sr. Alcides Mendes da Silva, atraído pela política municipal, candidata-se ao cargo de vereador. Eleito neste cargo, passa-se a interessar pelos problemas do município, “mostrando-se sempre inconformado com as carências de seu povo” (BIOGRAFIA DO SR. ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 02). Essas carências se deram, especialmente, em nível social e econômico, sobretudo no período que antecede a década de 1960 (BEZERRA, 1990).

Na educação, em especial, uma carência era o enorme analfabetismo (BEZERRA, 1990). “Os municípios norte-mineiros, portanto, com grandes extensões territoriais, eram mal servidos de escolas e as crianças viviam nos campos e nas caatingas, não possuindo, sequer, o conhecimento acerca das letras do alfabeto” (*ibidem*, 1990, p. 01).

No ano de 1962, o Sr. Alcides Mendes da Silva ocupa o posto de prefeito municipal, sendo eleito por expressiva maioria. Com o propósito de alfabetizar o seu povo, construiu 32 escolas, dotando-as de prédio próprio, carteiras, quadro negro e professoras (*ibidem*, 1990). Como característica, nota-se que era um político que possuía traços do populismo bastante marcantes, utilizado amplamente por Getúlio Vargas, no período Estado Novo.

Sua inclinação pela política era parte de sua própria personalidade. Sempre inconformado com o desprezo como eram tratadas as crianças em idade escolar e os velhos desassistidos, aproximou-se do presidente Getúlio Vargas, de Santiago Dantas e tantos outros políticos que praticavam política social (BIOGRAFIA DO SR. ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 01).

Paralelamente a isso, em nível nacional, Juscelino Kubitschek chega à Presidência. Em 1959, pensando no desenvolvimento sócio-econômico das regiões brasileiras, sobretudo a do Nordeste, JK cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), “dela fazendo parte, inicialmente, 36 municípios do Norte de Minas, dentre eles Porteirinha” (BEZERRA, 1990, p. 01). Cria-se, também, o Polígono da Seca, área mineira que receberia os benefícios da SUDENE. “Celebra a *Aliança para o Progresso* e dentro dela a USAID (*United States Agency for International Development*)”, conforme pontua Bezerra (1990, p.03).

Em Porteirinha, o interesse em construir uma escola normal, até onde se sabe, nasce no mês de julho de 1964, quando este prefeito vai à Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais para tratar de assunto de interesse do município.

Nesta audiência com o secretário da educação, o Sr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, foi por ele informado que o Conselho Deliberativo da SUDENE reuniria-se três dias após em Recife, quando seria feita a designação de uma grande escola para uma cidade do Polígono. Esta escolha se daria para a cidade que oferecesse maiores necessidades. [Interessante notar, que ele até fez contato até com o Presidente da República Castelo Branco (1964-1967), em audiência, para que a escola não fosse negada a Porteirinha] (BIOGRAFIA DO SR. ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 03).

Nota-se que este prefeito era um influente articulador, uma vez que fez contato com o presidente eleito “provisoriamente”, o general Castelo Branco. E, ao perceber o grande alcance deste benefício, o Sr. Alcides Mendes da Silva, imediatamente regressou a Porteirinha. Tão logo, já nesta cidade, procurou o seu sobrinho, o advogado Dr. Ailson Mendes Brito, conhecido como Dr. Binha, e o constituiu seu procurador, mandando-o de avião para o Recife com o propósito de reivindicar a escola para Porteirinha (BEZERRA, 1990).

Chegando na capital pernambucana, o Dr. Ailson Mendes Brito dirigiu-se para a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, onde estavam, também, reunidos outros prefeitos dos municípios componentes da área mineira de atuação da SUDENE, conforme pontua o documento textual do memorial da Escola Estadual Alcides Mendes da Silva, a *Caracterização da Escola Estadual Alcides Mendes da Silva de Ensino Fundamental* (2000), apresentou uma reivindicação por escrito, solicitando a instalação da Escola Normal em Porteirinha. Esta reivindicação tinha como base fundamental a escassez de professores e o alto índice de analfabetismo na região.

Após a análise das provas oferecidas pelo Dr. Ailson Mendes Brito e pela defesa apresentada pelo Dr. José Carlos Valle de Lima¹, o Sr. Celso Furtado, superintendente da SUDENE, decide designar a cidade de Porteirinha para receber aquela grande escola”. Além disso, outro ponto que favoreceu Porteirinha, foi a comprovação de que esta localiza-se no centro geográfico da área

¹ José Carlos Valle de Lima foi nomeado pelo governador José de Magalhães Pinto e representou o Estado de Minas no Conselho Deliberativo da SUDENE, em 1964, no Recife (BEZERRA, 1990).

mineira da SUDENE e, conseqüentemente, nela poderia ser instalado um estabelecimento de ensino que servisse de centro para toda área poligonal mineira (BEZERRA, 1990, p. 03).

A Escola Normal: o orgulho porteirinhense

Passada a euforia dos primeiros momentos, pela concretização favorável da escola para o município, logo vieram os impasses políticos. Bezerra (1990, p. 03) descreve-os com detalhes:

a obra [a Escola Normal] era grandiosa, os prefeitos de Montes Claros, Pirapora, Januária, Coração de Jesus e Janaúba exigiam do governador José de Magalhães Pinto a criação e construção da Escola em suas cidades. O governador Magalhães Pinto, ao sentir a grandiosidade da escola tentou localizá-la em Pirapora, mas surge a figura ímpar, idônea, resoluta e amiga de Porteirinha, o Dr. José Carlos de Lima e fecha a questão.

Numa disputa de interesses diretamente dentro da SUDENE, o representante do município de Porteirinha consegue o apoio de Celso Furtado, estendendo seus poderes locais. E o então Dr. José Carlos de Lima diz: “ou a escola vai para Porteirinha ou não a instale no Polígono” (BEZERRA, 1990, p.04). Além disso, consegue o apoio do Superintendente da SUDENE, o Sr. Celso Furtado. Assim, a cidade de Porteirinha, “por iniciativa deste notável homem público” (BEZERRA, 1990, p. 02) o então Prefeito o Sr. Alcides Mendes da Silva, ganha um Centro de Treinamento para professores leigos, um Ginásio Normal com um Curso Normal Regional para atender a absoluta falta de professores nas escolas municipais e estaduais de 1º grau, em toda área do Polígono da Seca de Minas Gerais.

O documento *Escola Normal – Introdução e Histórico* (1990, p. 01), mostra que a construção da Escola Normal de Porteirinha, em 1964, deu-se “em regime de convênio do qual participaram os seguintes órgãos: SUDENE, MEC, USAID, ALIANÇA PARA O PROGRESSO e como órgão executor, a CARRPE”. Firmados todos estes convênios, o governador José de Magalhães Pinto, sem meios para impedir a criação desta escola em Porteirinha, assina o decreto n. 3.284, publicado no Minas Gerais de 14 de dezembro de 1964, com os seguintes dizeres:

LEI N. 3.284, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1964

Cria um Colégio Normal Oficial na cidade de Porteirinha.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art.1º – Fica criado um Ginásio Normal Oficial na cidade de Porteirinha.

Art. 2º – O Ginásio Normal de que trata o artigo anterior se destina a formar regentes para as classes primárias localizadas em zonas rurais.

Art. 3º – O estabelecimento criado por esta lei funcionará nos regimes de internato e externato.

[...]

Art. 5º – O Ginásio Normal criado por esta lei terá providenciada a sua instalação depois de

construído prédio adequado termos do convênio celebrado pelo Estado, Ministério da Educação e Cultura, e Sudene e Usaid/Brasil, aprovado pela Resolução n. 613, publicada no “Minas Gerais” de 23 de setembro de 1964. [...]

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO

Antônio Aureliano Chaves de Mendonça.

(MINAS GERAIS. Órgão Oficial dos Poderes do Estado, Belo Horizonte, ano LXXII, nº 241, 15 de dezembro de 1964).

Porém, o governador não escondia sua contrariedade com a construção da obra em Porteirinha e dificultava as medidas iniciais. Notando grandes barreiras para tal, o Sr. Alcides Mendes da Silva, vai a Belo Horizonte tratar com o secretário Aureliano Chaves de Mendonça, e este lhe emite uma instrução sigilosa: “instala a Escola em prédio particular, manda-me o quadro de matrícula da 5ª a 8ª série [antigo curso ginásial], contrate os professores, e eu autorizo o início das aulas” (BEZERRA, 1990, p. 04).

Curioso notar que, na época, a lei acima diz que é para se construir um Ginásio Normal Oficial, porém, a escola oferece, para a formação de regentes das classes primárias, um curso mais curto, de quatro anos, acrescido de mais um ano destinado à formação técnica e profissional. A escola ganha, portanto, um *status* de Escola Normal Regional. O que vem reafirmar a análise de Clarisse Nunes (2002), a qual afirma sobre as escolas normais regionais, que estas foram uma “versão mais popular do curso normal [...] que proliferaram pelos estados brasileiros” (NUNES, 2002, p. 11). Este tipo de escola normal abrangia apenas o primeiro ciclo do curso secundário e formavam regentes de ensino primário, numa recontextualização da escola para os pobres.

Finalmente, doado o terreno ao Estado pela administração do Sr. Alcides Mendes da Silva, o mesmo iniciou, com máxima urgência a construção do prédio do Ginásio, hoje Colégio Eugênio Pacelli, e em curto tempo as paredes estavam levantadas. No dia 05 de abril de 1965, iniciavam-se as aulas da Escola Normal, sob a direção da professora Lucy Mendes Cangussu (BEZERRA, 1990). Esta construção revela que, quando as verbas da Prefeitura Municipal, disponíveis para a construção desta obra acabaram, este Prefeito não duvidou, e utilizou seus próprios recursos, o que lhe causou verdadeira falência nos negócios particulares (BIOGRAFIA DO SR. ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990). E no dia 15 de maio de 1968 foi inaugurado o novo prédio definitivo da escola, já sob o mandato do governador Israel Pinheiro e do novo prefeito de Porteirinha, o Sr. Anfrísio Coelho.

No próximo bloco veremos como as “maneiras de fazer” (CERTEAU, 2003), na escola, constituíram as mil práticas pelas quais usuários se reapropriaram do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural.

O Regimento Interno e o Currículo da Escola Normal

O Regimento Interno do Ginásio Normal Oficial, aqui apresentado, foi expedido em 1968, sob os ditames da Lei 4024/61. Conforme ele, esta instituição escolar “[tinha]

por finalidade atender aos objetivos da Educação fixados pela Lei de Diretrizes e Bases e pelo Conselho Estadual de Educação, ministrar o Ensino Secundário, dentro dos princípios pedagógicos” (REGIMENTO INTRETERNO, art. 3º).

Pelos seus artigos notamos algumas das características da escola. No artigo 5º, percebemos que “O estabelecimento funciona[va] em regime de internato feminino e externato para frequência mista em turnos matutino e vespertino”. As turmas de 3ª, 4ª e 5ª séries, estudavam em dois turnos de aulas (horário integral). O artigo 6º, que dispõe sobre a duração das aulas, reza que “têm duração de cinquenta minutos cada uma, com intervalo de dez minutos entre as duas primeiras e as duas últimas e vinte minutos entre a 2ª e 3ª aula”.

Quanto ao capítulo que dispõe sobre os exames de admissão no Ginásio, além da inscrição para os exames (art. 13º), era necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- a) *“idade mínima de 11 anos completos ou a completar até 31 de dezembro do ano em que for realizado o exame;*
- b) *atestado médico de sanidade física e mental, expedido até 3 meses antes;*
- c) *atestado de vacinação antivariolítica, tifo, expedido até seis meses antes;*
- d) *certificação de conclusão de curso primário ou atestado idôneo de haver o candidato recebido satisfatória educação primária”.*

Características fortes do higienismo, adotado nas instituições escolares brasileiras desde o século XIX (VILLELA, 1990; 2002), são notadas no artigo acima e praticadas no seu cotidiano. O *atestado idôneo* era uma forma de selecionar os alunos e alunas aptos, que sabiam ler e escrever.

O capítulo XVIII trata do Currículo e número de aulas, no seu artigo 42º, reza que “o currículo e o número de aulas semanais das disciplinas e prática educativas, para o curso secundário, são os constantes dos anexos do presente Regimento”. “O currículo adotado pelo estabelecimento só poderá ser modificado pela direção e só poderão prevalecer as modificações no ano seguinte, com prévia aprovação do Conselho Estadual de Educação”.

Tabela 1: Quadro de Distribuição de aulas semanais da Escola Normal de Porteirinha

Disciplinas Obrigatórias	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série
Português	5	5	5	5	5
Matemática	4	4	4	4	4
Geografia	4	3	-	3	-
História	2	3	3	2	-
Iniciação à Ciências Fís. e Biológicas	3	3	3	2	-
Francês	-	-	4	3	-
Inglês	3	3	4	-	-
Disciplinas Optativas	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série
Psicologia	-	-	2	3	4
Introdução à Didática Teórica e Prática	-	-	3	6	9
Estudos Soc. Sociol. Educ. Filosof. Ed.	-	-	-	-	3
Biologia Educacional	-	-	-	-	3
Práticas Educativas	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série
Educação Física	2	2	2	2	2
Educação Cívica	1	1	1	1	1
Educação Musical	2	2	2	2	2
Atividades em Artes Industriais	2	2	2	2	2

Fonte: GINÁSIO NORMAL OFICIAL. Quadro de Distribuição de aulas do Ginásio Normal Oficial de Porteirinha. Porteirinha. Porteirinha/MG, 1968.

O curso secundário oferecido pelo Ginásio Normal Oficial era o Normal. Este curso equivalia ao Ensino Normal de 1º ciclo, que era oferecido em instituições denominadas Escolas Normais Regionais (NUNES, 2002), e era composto de quatro anos. Essa escolarização possuía uma parte geral e outra específica profissional. A formação geral/humanista era composta de disciplinas obrigatórias, começando na 1ª série do Normal e terminava na 4ª série. A outra parte, a específica profissional, era uma continuação das quatro séries anteriores e composta de um ano, isto é, a 5ª série era uma complementação optativa, oferecido(a) àqueles(as) que queriam se tornar professores(as). Para efeito dessa formação, o currículo desta série era composto de disciplinas fundamentais à prática pedagógica, como: Psicologia, Introdução à Didática Teórica e Prática, Sociologia, Filosofia e Biologia Educacional.

Tabela 2: Ficha de Registro de Diplomas

1º Ciclo		Português	História	Geografia	Matemática	Ciências	Inglês	Trabalhos Manuais	Agricultura	Religião	Educação Cívica	Artes	Francês	Psicologia	Introd. à Educação	Educ. Musical	TAP	OSP	Didática T. e Prática	Sociologia Educac.	Filosofia da Educ.	Educ. Física
Série	Ano																					
Ad	1965																					
1ª	1966																					
2ª	1967																					
3ª	1968																					
4ª	1969																					
5ª	1970																					

Fonte: GINÁSIO NORMAL OFICIAL. Ficha de Registro de Diplomas. Curso Ginásial Normal. Porteirinha/MG, 1970.

Ao analisar a *Ficha de Registro de Diplomas* de um dos alunos deste estabelecimento educacional, datado de 11 de dezembro de 1970, encontramos, ainda, na grade curricular, disciplinas como: Trabalhos Manuais, Agricultura, Religião, Artes, Introdução à Educação e Organização Social e Política do Brasil (OSP), o que indica uma preocupação com a formação de mão-de-obra regional e local.

Pelas disciplinas elencadas, esta instituição teve as mesmas características que as Escolas Normais Regionais Brasileiras. Segundo Clarisse Nunes, no currículo das Escolas Normais Regionais “predominavam matérias de cultura geral, sobre as didático-profissionais, aproximando-se do curso secundário ginásial de quatro anos, descaracterizando sua feição profissional, uma vez que reduziu o conhecimento da formação profissional” (NUNES, 2002). Disciplinas e práticas da cultura geral como Português, Matemática, Francês, Inglês, História, Educação Musical, Educação Física e Geografia prevaleciam sobre as disciplinas Didática, Filosofia e Sociologia da Educação. Toda essa organização de currículo se dava da maior para a menor amplitude, da formação geral para a formação específica, apesar da pequena carga horária definida para a formação profissional e técnica dos futuros docentes.

As disciplinas Trabalhos Manuais, Agricultura, Artes e Economia Doméstica eram voltadas para o fazer, para a prática. As disciplinas Economia Doméstica e Agricultura refletiam os traços dos papéis do homem e da mulher na sociedade. Nesse sentido, a Economia doméstica atendia às necessidades nomeadas como femininas; e a disciplina Agricultura, por sua vez, era voltada para os meninos. A disciplina Religião estava incumbida de estabelecer os preceitos religiosos cristãos e morais fortemente vigentes naquele meio. Estes preceitos, juntamente com os difundidos na disciplina Educação Cívica, eram baseados em temas como pátria e religião, necessidade da religião, a salvação, a bíblia, os mandamentos (LIVRO DE PONTO DOS PROFESSORES DO GINÁSIO NORMAL OFICIAL, 1965).

Com relação às práticas educativas (Educação Física, Educação Cívica, Educação Musical e Atividades em Artes Industriais), estas eram de participação obrigatória aos alunos, porém, não eram consideradas disciplinas.

Em todas as escolas brasileiras, tanto as de formação de professores (Escolas Normais), quanto às primárias, deveriam ser abordados os temas ditados pelo governo militar de 1964. Essa ditadura, iniciada no ano de 1964, estendendo-se até 1985, trouxe à política educacional uma expressão da dominação burguesa, viabilizada pela ação dos militares (GERMANO, 1994). As regulamentações promovidas na Lei 4024/61 e a Reforma que se concretizou com a Lei 5692/71, tiveram o objetivo de alinhar o sistema educacional aos objetivos do Estado capitalista militar, a fim de adequar a educação à ideologia do “desenvolvimento com segurança” (GERMANO, 1994, p.77).

As regulamentações da Lei 4024/61 em relação ao currículo, e, especificamente, quanto à Educação Física e Educação Cívica, tiveram, fundamentalmente, o papel de reforçar e sustentar a visão ideológica da classe dominante. Com relação à Educação Física na Escola Normal, esta ainda não era considerada disciplina. No entanto, como Prática Educativa² “era obrigatória para todos os alunos até a idade de 18 anos. Sendo a frequência levada em conta separada das demais disciplinas”, conforme o artigo 31º, do Regimento Interno (1968). O Artigo 22 da Lei 4042/21, que tratava da obrigatoriedade desta área, dentro das escolas, foi regulamentado pelo decreto n. 58130 de 31/03/1966.

O decreto era justificado pela importância do desenvolvimento integral da personalidade do homem brasileiro e no argumento de que a educação do povo brasileiro estava intimamente ligada aos interesses da defesa nacional, para a qual a Educação Física muito contribuiu. Enfim, o decreto definia que a ela tinha por objetivo “aproveitar e dirigir as forças do indivíduo – físicas, morais, intelectuais e sociais – de maneira a utilizá-las na sua totalidade, e *neutralizar*, na medida do possível, *as condições negativas do educando e do meio*” (BRASIL, 1966, p. 95, grifo nosso). De acordo com o grifo, a Educação Física era um meio de controle do estudante, um meio de enquadrá-lo nas regras ditatoriais, uma forma de disciplinar o jovem, bem como as futuras crianças que passarão pelas suas mãos, movendo o ciclo de *reprodução*³.

A OSPB era vista como complemento forçoso da geografia, da história, das noções de direito social e direito pátrio. O ensino dessa disciplina tinha uma finalidade ideológica explícita, que era cimentar a ordem social desigual vigente, conforme tópicos registrados na súmula do Livro de Ponto dos professores (1965).

Considerações Finais

O objetivo desta escola consistia na formação de comportamentos, atitudes, visões de mundo e, naquele momento (1968-71), era fundamental a preocupação da educação

² Com relação às práticas educativas (Educação Física, Educação Cívica, Educação Musical e Atividades em Artes Industriais), estas eram de participação obrigatória aos alunos, porém, não eram consideradas disciplinas.

³ O termo *reprodução*, aqui, refere-se, às funções escolares enquanto responsáveis pela reprodução cultural e pela conservação social, mantendo o *status quo* à classe hegemônica (BOURDIEU, 1992).

para além dos saberes teóricos. As diretrizes básicas, materializadas na Lei 4024/61, normatizava a formação educacional dos cidadãos. Esta formação deveria percorrer todas as ações educativas e não deveriam ser tratadas de forma isolada e distanciada dos planos do governo. Nesse sentido, o currículo deveria, também, carregar os objetivos deste plano de desenvolvimento brasileiro.

Os componentes político-curriculares da Escola Normal de Porteirinha procuraram cumprir um papel fundamental na concretização dos princípios ideológicos do modelo de desenvolvimentismo, implementado pela ditadura militar. Por exemplo, a prática educativa *Atividades em Artes Industriais, Trabalhos Manuais e Agricultura* estiveram pautadas numa visão tecnicista do aprender fazer, do aplicar técnicas e não necessariamente entender esse fazer como produto da ação do homem. A *Educação Física*, numa concepção militarista, estava atrelada ao objetivo de disciplinar. A *Educação Cívica* cumpria um papel importantíssimo na reprodução dos valores subjacentes aos interesses dos setores dominantes e hegemônicos que governaram o País no período.

Com relação às legislações pertinentes às regulamentações do currículo da Escola Normal, verifica-se que houve uma harmonia entre a educação e o desenvolvimento econômico. Todo o discurso do período militar, voltado para o “Brasil potência”, manifestou-se na legislação com o objetivo de forjar o cidadão desse tempo: obediente e pacífico; cumpridor de deveres, por isso merecedor de direitos; nacionalista e patriota; trabalhador exemplar e submisso aos ditames político-sociais vigentes na época. Esta legislação era a expressão dos interesses e das concepções dominantes, sofrendo adequações e modificações, sempre que necessárias, para a garantia dos interesses econômicos e políticos. Mesmo quando a letra da lei não corresponde a sua aplicação prática, sustenta, através do discurso, a ideologia que serve ao propósito aos interesses dominantes, mantendo o ciclo da reprodução (BOURDIEU, 1992).

Estas concepções nortearam a seleção dos conteúdos de ensino e definiram as suas finalidades. Revelaram, também, a configuração de um projeto político-social “civilizador” para o homem e a mulher norte-mineiros. Isto é, um projeto nitidamente direcionado para a construção de um “novo sertão”, de um “novo Brasil”, que é “forte” e se preparava para o desenvolvimento.

Referências

BEZERRA, Arnaldo. *A Escola Normal de Porteirinha*. Porteirinha/MG: Escola Estadual de Porteirinha, 1990. Palestra proferida na comemoração dos 25 anos da Escola Normal de Porteirinha, 1990.

BIOGRAFIA DO Sr. ALCIDES MENDES DA SILVA. *Documento textual do Memorial da Escola Estadual Alcides Mendes da Silva*. Porteirinha, abril de 1990.

BOURDIEU, Pierre. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Decreto nº 58.130, de 31 de março de 1966. Regulamenta o art.22 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: *Documento nº 50*, Rio de Janeiro, abr.1966.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. In: *Legislação brasileira do ensino de 2º grau: coletânea de atos federais*. Brasília: DEM, 1978.

BRASIL. Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Regulamenta o Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país, e dá outras providências. In: *Documento nº 122*, Rio de Janeiro, jan.1971.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA DE ENSINO FUNDAMENTAL. *Documento textual do Memorial da Escola Estadual Alcides Mendes da Silva. Porteirinha*, 2000.

ESCOLA NORMAL – INTRODUÇÃO E HISTÓRICO. *Documento textual do Memorial da Escola Estadual Alcides Mendes da Silva. Porteirinha*, 2000.

GERMANO, José Wellington. *Estado Militar e educação no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GINÁSIO NORMAL OFICIAL. *Ficha de Registro de Diplomas*. Curso Ginásial Normal. Porteirinha/MG. Dezembro de 1970.

GINÁSIO NORMAL OFICIAL. *Livro de Ponto de professores do Ginásio Normal Oficial de Porteirinha*. Porteirinha/MG, 1965.

GINÁSIO NORMAL OFICIAL *Quadro de Distribuição de aulas do Ginásio Normal Oficial de Porteirinha*. Porteirinha/MG, 1968.

GINÁSIO NORMAL OFICIAL *Regimento Interno do Ginásio Normal Oficial*. Porteirinha/MG, 1968

NUNES, Clarisse. *Ensino normal – formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

PAIXÃO, Léa Pinheiro; PAIVA, Edil V. de. *PABAE, O Ensino Primário com Assistência Internacional* In: FARIA, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Org.). *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. *A travessia do popular na contradição da educação*. Goiânia: editora da UCG, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 165-165.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. *A Primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à História da Formação de Professores*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 1990.

_____. *O Mestre-Escola e a Professora*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil*. Caderno Cedes, v. 20, n. 51. Campinas, nov. 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14 jun. 2007.

Recebido em julho de 2008

Aprovado em setembro de 2008